

MEMÓRIAS DOS DISCURSOS POLÍTICOS

MEMORIES OF POLITICAL DISCOURSES

Kellen Lazzari 1
Margarete Panerai Araújo 2

Resumo: Os discursos são constituídos por sentidos produzidos em práticas sociais e eles constituem o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia. Assim, discurso seria o resultado, a consequência do efeito de sentido sobre os locutores e é com base na análise do discurso (AD) que se pode perceber, analisar os prováveis sentidos que assumem ou podem assumir cada discurso. Portanto, é com base nessas ideias que este artigo tem como objetivo apresentar de forma descritiva as memórias política e digital de um corpus constituído pelos planos de governo de Tarso Genro e José Ivo Sartori, referentes às administrações estaduais do RS no período de 2011 a 2018 e analisar o discurso e as políticas públicas relacionadas a gênero e empoderamento das mulheres constante nos seus planos, com o intuito de compreender a influência histórica dos sentidos e a ideologia que aparecem nesses discursos políticos. Para tanto, fará uso da análise de discurso, apoiando-se nos estudos de Orlandi (2001). É possível concluir que a análise de discurso é atravessada pela ideologia, memória, e cultura da sociedade.

Palavras-chave: Memória política. Memória digital. Análise de discurso. Gênero. Planos de governo do RS.

Abstract: The discourses are constituted by meanings produced in social practices and they constitute the place where one can observe the relationship between language and ideology. Thus, speech would be the result, the consequence of the effect of meaning on the speakers and it is based on discourse analysis (AD) that one can perceive, analyze the probable meanings that assume or can assume each discourse. Therefore, it is based on these ideas that this article aims to present in a descriptive way the political and digital memories of a corpus constituted by the government plans of Tarso Genro and José Ivo Sartori, concerning the state administrations of Rio Grande do Sul from 2011 to 2018, and to analyze the discourse and public policies related to gender and women's empowerment constant in their plans, in order to understand the historical influence of the senses and the ideology that appear in these political discourses. For this, it will make use of discourse analysis, relying on the studies of Orlandi (2001). It can be concluded that discourse analysis is traversed by the ideology, memory, and culture of society.

Keywords: Political memory. Digital memory. Discourse analysis. Gender. RS government plans.

Doutora em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle. Consultora e pesquisadora em gênero, políticas públicas e violência contra as mulheres. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0368995200795416>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4161-1372>. E-mail: kellenvl@hotmail.com. 1

Pós-Doutora em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV/EBAPE/RJ. Professora e pesquisadora da linha de pesquisa em Memória e Gestão Cultural, vinculada ao Programa de Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2953857450580173>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9231-8590>. E-mail: margarete.araujo@unilasalle.edu.br. 2

Introdução

Partindo da premissa que a linguagem não é neutra, entende-se que o discurso é constituído por sentidos que são produzidos nas práticas sociais, uma vez que ele constitui o lugar no qual se pode observar a relação entre língua e ideologia. Portanto, entende-se que a pessoa não se desassocia da ideologia, já que é um ser socializado e carrega consigo as marcas do social, do ideológico e do histórico.

Dentro desse contexto, assim como qualquer outra concepção gerada no meio das relações sociais, a memória também contém posicionamentos ideológicos, pois se trata de uma construção comprometida com predileções latentes na sua seletividade. Portanto, algumas memórias são preservadas em detrimento de outras que são esquecidas, porque há interesses hegemônicos na continuidade de certos valores que orientam as relações sociais.

Posto isso, se entende que o discurso seria o resultado, a consequência do efeito de sentido sobre os locutores e é com base na análise do discurso (AD) que se pode perceber e analisar os prováveis sentidos que assumem ou podem assumir cada discurso, sem deixar de contemplar o sujeito, sua história, a ideologia e o contexto social no qual este sujeito está inserido. Com base nessas ideias, este artigo tem como objetivo geral apresentar de forma descritiva as memórias política e digital de um corpus constituído pelos planos de governo de Tarso Genro e José Ivo Sartori, referentes às administrações estaduais do Rio Grande do Sul (RS) no período de 2011 a 2018 e analisar o discurso e as políticas públicas relacionadas a gênero e empoderamento das mulheres constante nos seus planos, com o intuito de compreender a influência histórica dos sentidos e a ideologia que aparecem nesses discursos políticos. Para tanto, fará uso da análise de discurso, apoiando-se nos estudos de Orlandi (2001).

Cultura e ideologia

O uso da palavra cultura pelos europeus no início do período moderno significava o cultivo ou cuidado de algo como, por exemplo, grãos ou animais. A partir do século XVI, esse significado foi alargado do universo agrícola para o desenvolvimento da mente (THOMPSON, 1995). Segundo Lèvi-Strauss (2003), a noção de “cultura” tem origem inglesa, pois quem a definiu pela primeira vez foi Tylor (2014) como: “[...] complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (TYLOR, 2014, p. 6). A igualdade que existe na humanidade foi uma das preocupações do autor, que explicava a diversidade como sendo fruto da desigualdade que existe no encadeamento da evolução de estágios existentes no processo de evolução (LARAIA, 1986).

Porém, para se ter a compreensão do sentido atual do conceito de cultura, Cuche (2002) afirmou ser indispensável reconstruir a sua origem social. O autor, por considerar que as discussões sobre o conceito de cultura iniciaram na França antes de ser difundido para as outras línguas como a inglesa e a alemã, começou a análise da evolução da palavra cultura pela língua francesa da Idade Média até o século XIX.

Cuche (2002) ressaltou que, no final do século XIII, a cultura estava relacionada ao cultivo da terra e ao ato de cultivar no início do século XVI. Mas, já no final desse século, com predominância no século XVIII, este termo passou a ter sentido figurado, significando trabalhar para desenvolver uma faculdade. E no final do século XVIII, conforme o Dicionário da Academia Francesa, na edição de 1798, cultura volta a aparecer como estado e não mais como ação, ou seja, “estado do indivíduo que tem cultura” (CUCHE, 2002, p. 20).

Thompson (1995), através de seu viés crítico, dividiu o conceito de cultura em quatro sentidos básicos: primeiro na concepção clássica de cultura que, segundo o autor, manifestou-se nas primeiras discussões sobre o termo entre os filósofos e historiadores alemães nos séculos XVIII e XIX, em que a palavra cultura de um modo geral se referia a um sistema de desenvolvimento e enobrecimento das faculdades humanas. E no final do século XIX, com a expansão da Antropologia, nova disciplina, onde o conceito de cultura foi adequado aos objetivos da etnografia, perdendo a sua acepção etnocêntrica. Dessa forma, a concepção clássica cedeu espaço para outras duas concepções: a descritiva e a simbólica.

A concepção descritiva foi muito usada pelos historiadores culturais do século XIX que descreviam a etnografia de sociedades não europeias. Para esses historiadores, basicamente, a cultura era compreendida como as crenças, costumes, ideias e valores que os indivíduos adquirem nos grupos ou sociedade em que vivem, ou, também, como objetos e instrumentos materiais que adquiriam. A crítica de Thompson (1995) sobre essa concepção foi de que ela seria vaga: “sem uma especificação adicional do método de análise, a concepção descritiva de cultura pode permanecer vaga” (THOMPSON, 1995, p. 174).

A concepção simbólica, iniciada em 1940, descreveu a cultura como modelo de significados integrados nas formas simbólicas em razão das quais as pessoas se comunicam entre elas e dividem suas experiências e crenças. A principal crítica que Thompson (1995) faz em relação a essa concepção é que “ela dá uma atenção insuficiente às relações sociais estruturadas nas quais os símbolos e as ações simbólicas estão sempre inseridas” (THOMPSON, 1995, p. 166), ou seja, ela não cuida de forma efetiva dos problemas de poder e conflito.

Com o propósito de evitar esses problemas, Thompson (1995), repensando a cultura, elaborou a concepção estrutural da cultura. O autor deu ênfase tanto aos aspectos simbólicos dos fenômenos culturais, quanto ao fato desses fenômenos estarem permanentemente dentro dos contextos sociais estruturados. Então, segundo ele, essa concepção seria o estudo das formas simbólicas “[...] em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 1995, p. 181).

Portanto, veio enfatizar o caráter simbólico nas relações da vida social, em que essas formas simbólicas estão postas em inúmeros tipos de conflitos e desigualdades em relação à repartição de recursos e poder. Com essa ponderação, o autor permite que se pense a respeito da ideologia, uma vez que estudá-la é entender os modos pelos quais as formas simbólicas são usadas para a implantação e manutenção de relações de dominação e desigualdades sistemáticas quanto à repartição de recursos.

Thompson (1995) identificou duas concepções de ideologia: a neutra e a crítica. A concepção neutra caracteriza os fenômenos como ideologia sem obrigatoriamente serem enganadores ou ilusórios. Enxerga esses fenômenos como parte da vida social como outros quaisquer. No que diz respeito à concepção crítica, os fenômenos qualificados como ideologia ou como ideológicos são enganadores, pejorativos, ilusórios ou parciais. “E a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos” (THOMPSON, 1995, p. 73).

Enfatiza, ainda, com base nessa definição de ideologia, que uma determinada forma simbólica será ideológica no momento em que determinar e mantiver relações de dominação (poder assimétrico) e que será contestatória ou crítica quando arruinar essas relações. Thompson (1995) frisou que a interpretação do potencial ideológico deve sempre levar em consideração os contextos sócio-históricos específicos nos quais é produzida, transmitida e recebida. Conforme sua visão, não há forma simbólica que seja em si mesma ideológica ou contestatória, e de acordo com os contextos sociais a mesma forma simbólica poderá ser ideológica em um e ser crítica em outro.

O autor afirma também, diferentemente de Marx, que a desigualdade e a exploração não vêm apenas das relações de classe, mas podem vir inclusive das “[...] relações entre os sexos, entre os grupos étnicos, entre os indivíduos e o estado, entre estado-nação e blocos de estados-nação” (THOMPSON, 1995, p. 77). Ao cortar a ligação entre ideologia e dominação de classe, deixando como algo contingente e não obrigatório, o autor demonstra a possibilidade que as pessoas, que muitas vezes sofrem influências, têm de expressar um pensamento crítico e independente, podendo dessa forma ressignificar as mensagens que recebem.

Portanto, os conflitos, as desigualdades que muitas vezes as pessoas podem pensar ser intrínsecas da natureza são, na realidade, provenientes de um procedimento cultural (LARAIA, 1986). Sendo assim, “[...] o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam” (LARAIA, 1986, p. 45). Assim, Laraia salienta que o comportamento dos indivíduos é fruto de um processo de endoculturação, e

adverte que um menino e uma menina atuam de formas diferentes não devido aos seus hormônios, mas em virtude de uma educação diferente.

Logo, é através da cultura em que as pessoas vivem que verão o mundo e, em decorrência disso, tem-se o etnocentrismo, isto é, a tendência de achar que seu modo de vida é o mais correto, o que muitas vezes pode levar aos conflitos sociais, preconceitos e à violência (LARAIA, 1986). Nesse sentido, sem que a população perceba, “[...] a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais” (GOFFMAN, 1998, p. 11).

Por conta disso, do processo da endoculturação, acaba-se por cumprir algumas funções sociais, desempenhando-se determinados gestos e falas, porque se pertence a certa classe social, – alguns indivíduos acabam representando papéis que não são verdadeiramente deles, mas construídos pela sociedade na qual eles fazem parte – gerando assim a “identidade social” do povo. E quando não correspondem à definição que lhes foi tachada são excluídos e estigmatizados. O estigma, no seu sentido depreciativo, reduz a pessoa a um sujeito defeituoso, fraco, desvalorizado, ou seja, o indivíduo estigmatizado é aquele cuja identidade social real possui uma qualidade que frustra as expectativas de normalidade impostas pelo grupo, sociedade em que vive.

Portanto, a cultura é como uma “lente” por meio da qual se vê o mundo. As pessoas agem conforme suas culturas – “as lentes através das quais uma nação olha a vida não são as mesmas que uma outra usa” (BENEDICT, 1972, p. 19). Sob essa ótica a memória pode ser conceituada como uma ferramenta impulsionadora da cultura presente na vida de todos, já que é “depositária dos valores culturais estruturantes das práticas sociais necessárias ao convívio em grupo” (BARROS, 1997, p. 34). Para Barros, a cultura perderia as referências ideológicas, econômicas e culturais sem a memória, refletindo, assim, a “dimensão política” da memória como “elemento fundamental na identidade cultural de um grupo tanto dos dominados quanto dos dominadores, dos vencedores e dos vencidos, dos colonizadores e dos colonizados” (BARROS, 1997, p. 35).

Memória política

A memória ocupava papel importante na reflexão de intelectuais como Aristóteles, Santo Agostinho e Henry Bergson (SANTOS, 2003) porém, foi Maurice Halbwachs, sociólogo francês, o responsável pela introdução dos estudos sobre a memória na área das ciências sociais (RIOS, 2013). Halbwachs sofreu influências de Henry Bergson e de Émile Durkheim e foi no livro *Os quadros sociais da memória*, da década de 1920, que Halbwachs lançou os fundamentos para “a constituição de uma abordagem sociológica sobre o ato de rememoração” (RIOS, 2013, p. 3).

Ao ler Halbwachs (2006), pode-se afirmar que a memória tem um caráter eminentemente coletivo, que consiste em dizer que o indivíduo só é capaz de recordar na medida em que pertence a algum grupo social – ou seja, a memória coletiva é sempre uma memória de grupo. Para o sociólogo, a pessoa precisa do outro para formar suas memórias: Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p.29).

Nesse sentido, para Halbwachs (2006), cada indivíduo seria o entrecruzamento de diferentes forças sociais, em que a sensação de liberdade e particularidade de cada pessoa é mera ilusão (RIOS, 2013). Com base nessas assertivas de Halbwachs (2006) se considera importante analisar as memórias de cada governo.

Nos dias de hoje, têm-se numerosas bases de dados ou endereços eletrônicos nos quais os governos transmitem suas ações e ideologias políticas. Alicerçado nisso, cada governo estabelecerá um sistema de comunicação governamental que achar mais profícuo, para divulgar e construir seu projeto de memória.

“No nível social, a memória é uma matéria de comunicação e interação social (ASSMANN, 2008, p. 117) e existe uma “relação entre memória e poder” (SCAFFO, 2011, p. 124). Scaffo (2011) ainda salienta que a memória sofre constantemente influências do presente e,

referindo-se a Halbwachs, assevera que a “memória coletiva é o lócus de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço” (SCAFFO, 2011, p. 124). Pois, há certa concordância de ideias sobre o papel da *anamnese* na construção de identidades pessoais e sociais, uma vez que a memória individual é formada pela coexistência de várias memórias em permanente construção, devido à constante mudança do presente em passado. E, entre essas memórias, pode-se citar por exemplo, as pessoais, as familiares, as grupais, as regionais, e as nacionais (CATROGA, 2001).

É, então, nessa relação entre a memória, poder e identidade que se reconhece a “possibilidade da politização das lembranças e esquecimentos”, encontrando nessas escolhas, na seleção entre o lembrar de e o esquecer, na construção do projeto de memória, o poder (SCAFFO, 2011, p. 124).

Como se verifica, se a memória é instância construtora e solidificadora de identidades, a sua expressão coletiva também atua como instrumento e objeto de poder (res). Quer mediante a seleção do que se recorda, quer do que, consciente ou inconscientemente, se silencia (CATROGA, 2001, p. 55).

Significa, portanto, que a memória é compreendida de forma dialógica, ou seja, composta por duas lógicas: a de lembrar e a de esquecer. “O princípio dialógico permite-nos manter a dualidade no seio da unidade” (MORIN, 2008, p. 107). Por consequência, pode-se entender a memória como a construção seletiva do passado, em que eleger envolve excluir ou silenciar.

Nesse mesmo sentido, “[...] escolher é também esquecer, silenciar e excluir” (CATROGA, 2001, p. 26), onde é o próprio evocador quem escolhe os lugares de partida e chegada, pois suas ligações se dão por afinidades optativas, “e estas determinam que cada presente construa a sua própria história, não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das necessidades e lutas do presente” (CATROGA, 2001, p. 22). Cabe destacar que essa escolha e a socialização “da (s) nova(s) memória(s) em construção (ou em processo de refundação)” (CATROGA, 2001, p. 57) é fomentada pelo poder.

Sem a memória, desapareceriam os elos sociais, assim como a própria noção de sociedade, as identidades individuais e coletivas, a possibilidade da construção do conhecimento, ou seja, a memória pode ser considerada uma ferramenta para a construção de uma determinada sociedade, assim como de transmissão cultural. A separação estabelecida nas formas de distribuição do conhecimento repercute nas formas de organização da memória, e está associada ao conhecimento de um momento específico e aos anseios das instituições públicas derivadas da organização do Estado Moderno (CRIPPA, 2010).

Dessa forma, as diversas possibilidades de construção e reconstrução política por meio da ação individual e coletiva, praticada por intermédio de uma memória política por parte dos “autores e atrizes envolvidos no processo, fazem com que a memória como tal atue como um dado de transformação social da vida e da história dos homens e mulheres, reconstruindo, assim, o tecido social de acordo com o movimento das forças políticas e sociais em ação, indo além da própria memória e história” (SILVA, 2012, p. 87). Dessa forma, fica explícita a importância da memória política na vida em sociedade.

A concepção de uma memória política, que se forma por meio da conscientização, é o meio de restabelecimento da memória histórica (ANSARA, 2008). Ao construir a memória política, se está ressignificando as memórias no presente tendo os olhos no futuro. Assim, se reescreve, reinterpreta o fato passado. Nessa acepção,

[...]cada vez que nos colocamos diante do possível, do que poderemos ser quando projetamos o futuro [...] o passado modifica-se, sofre uma releitura e adquire um novo significado. [...] O nosso amanhã depende da matriz do passado, mas o que seremos relê e reelabora o que fomos” (MELUCCI, 2004, p. 23).

Por este ângulo, o poder do Estado vem em antinomia à memória social, que “de certa forma, congela a memória social” (LIFSCHITZ, 2014, p. 146), pois, como visto, a memória social para Halbwachs (2006) é um fenômeno social e espontâneo. Contudo, na memória política também existe um elo entre sujeitos e grupos, porém a diferença está no “tipo de vínculo social que ambas estabelecem”. O vínculo estabelecido pela memória política está relacionado a ações intencionais e não a vínculos espontâneos (LIFSCHITZ, 2014, p. 148).

Memória digital

Para Candau (2016), a memória não se restringe mais à capacidade cerebral, pois novas formas de armazenar as lembranças foram criadas. Passou-se, então, a se “fazer memória”. O ciberespaço é um dos novos espaços onde a memória pode ser exteriorizada. Ciberespaço:

[...] É o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÈVY, 1999, p. 17).

Hoje em dia, com a constante atualização das tecnologias, surgiram e surgem inúmeras formas de comunicação e de transmissão da informação – a qual é cada vez mais rápida e em maior quantidade. Porém, para que as informações e os conhecimentos sejam organizados e futuramente acessados pelos usuários, esses conhecimentos, conforme Davenport e Prusak (2003), devem ser acessíveis aos usuários que deles precisam. A internet é uma das formas de transmissão de informações. Ela

[...] já alcançou significado político, pois um número crescente de cidadãos a utilizam para aprender sobre as políticas e ações governamentais, discutir assuntos entre si, contatar representantes eleitos, e obter materiais relativos ao voto e outras informações que podem facilitar uma participação mais ativa na política (BIMBER, 1998, p. 133-134, tradução nossa).

Devido ao seu alcance a internet é chamada por Castells (2003) como a Galáxia da Internet, que “[...] é um tecido da comunicação em nossas vidas: para o trabalho, os contatos pessoais, a informação, o entretenimento, os serviços públicos, a política e a religião” (CASTELLS, 2015, p. 100). A comunicação, frente à sociedade em rede, transformou-se na maior forma de exercer poder, pois tem a capacidade de influenciar todas as práticas sociais, por ser interativa e por possibilitar a comunicação de muitas pessoas a qualquer tempo (CASTELLS, 2015).

Diante disso, “no campo político-administrativo, com a implementação de governos eletrônicos (e-gov) e cidades digitais”, o contexto político-econômico e social da sociedade reorganiza sua maneira de atuação, “por meio de uma cultura digital (cibercultura) que adentra o cotidiano dos sujeitos” em que surge “um novo espaço de organização dos sentidos” (DIAS, 2004).

Frente a essas mudanças tecnológicas, imersa no que Bauman (2003) chamou de modernidade líquida, a transmissão da memória coletiva, segundo Murguia (2010), perdeu seus canais, salientando que os lugares de memória (NORA, 1993) assumiram novas atribuições, uma dupla função, a:

[...] simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; e uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares (...) através dos vestígios deixados ao longo do tempo (MURGUIA, 2010, p. 8).

A internet faz a ruptura na ritualização ligada aos lugares de memória tradicionais, como os monumentos e museus, uma vez que está em todos os lugares ao mesmo tempo. “A

informação deixa de ser sacralizada para poder ser rapidamente consumida” (CASADEI, 2009, p. 17). Virilio (2006) afirma que o contato com a memória não acontece mais no espaço, mas no tempo: “Seu lugar é o live. Não se trata de um ‘aqui’, mas de um ‘agora’. Nada é mais aqui. Tudo é agora” (VIRILIO, 2006, p. 93). Seria uma ampliação do tempo presente, em que mostram o passado outra vez e não o que havia no passado (BUCCI, 2002).

Com essa constante presença da informação, devido à internet, ela passa a ter um caráter de atemporalidade e o mais apropriado seria falar que o ciberespaço é um lugar que permite a construção de diversos lugares de memórias (CASADEI, 2009). “De acuerdo con esto, nos enfrentamos a la mutación de la memoria archivada para darle paso a una memoria digital, en red, de proceso y electrónica. Una nueva forma de hacer memoria sostenida por las nuevas y eficaces herramientas tecnológicas” (BELTRÁN e VILLAMIZAR, 2012, p. 167).

Desse modo, não importa o tempo que passou. Geralmente é possível acessar a memória, a informação a qualquer tempo. Assim, é dessa forma que após se ter como concluídas as gestões de governos, é possível, na maior parte das vezes, buscar seus planos de governo e ações.

Antes de analisar o *corpus* da pesquisa, isto é, os planos de governos, se faz necessário entender como funciona a AD, o método de análise. Cabe salientar que a AD não é apenas um método de análise, mas também teoria (MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, 2017), por isso ela já ter sido referida anteriormente neste trabalho.

Método do discurso

A AD, como visto, traz uma abordagem teórico-metodológica e oferece subsídios para a realização de pesquisas qualitativas, das quais o material empírico principal são textos (RAMALHO e RESENDE, 2011), correspondendo, dessa forma, exatamente o que retrata o corpus desta pesquisa – os planos de governo. Assim sendo, o presente trabalho refere-se a uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, documental e ex-post-facto.

Ao escrevê-lo, além de apresentar os planos de governo das administrações estaduais de Tarso Genro e José Ivo Sartori, deseja-se tencionar sobre as políticas públicas de gênero e empoderamento das mulheres constante nos seus discursos (planos de governo). Para tanto, será utilizada a análise de discurso (AD), conforme os ensinamentos de Orlandi (2001).

Assim sendo, a pesquisa qualitativa se ocupa “com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21), ou seja, regida por crenças e sentimentos relacionados a como se deveria compreender e estudar o mundo (DENZIN e LINCOLN, 2006). Percebe-se que tal abordagem se identifica com esse processo e que “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 68).

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, como por exemplo: livros, materiais disponibilizados na internet e periódicos. A documental é produzida a partir de materiais que não tiveram tratamento analítico, na qual o pesquisador necessita entender os documentos como “meios de comunicação”, uma vez que foram feitos objetivando alguma finalidade e de acesso disponível. Logo, se faz necessário saber quem produziu, seu propósito, para quem foi produzido e com qual intencionalidade (FLICK, 2009). A pesquisa ex-post-facto é quando o “experimento” se realiza depois dos fatos (GIL, 2008), isto é, sua principal característica é “os dados serem coletados após a ocorrência dos eventos” (FONSECA, 2002, p. 32).

Por sua vez, a análise do discurso é uma técnica de análise de dados qualitativos, de origem francesa e concebida por Pêcheux (1988), que tem o objetivo de fazer uma reflexão das condições de produção e apreensão do significado de textos. Conforme Orlandi (2001), a análise do discurso é um “campo de confluência entre a Linguística e as Ciências Sociais” (ORLANDI, 2001, p. 16). A língua e a história não são transparentes para o sujeito, por isso Orlandi (2001) fala em campo de entremeio entre a Linguística e as Ciências. Segundo a autora,

configura-se um dos métodos mais utilizados para analisar discursos, sejam orais ou escritos, procura nos discursos os seus prováveis sentidos, sem deixar de observar o sujeito, sua história, ideologia e o contexto social no qual está incluído. Entende a técnica da AD como:

[...] aquela que não explica, nem serve para tornar inteligível ou interpretar o sentido, mas que nos leva a melhor compreender os processos de significação [...]. Com efeito, a relação que a análise do discurso estabelece com o texto não é para dele extrair um sentido, mas sim para problematizar essa relação, ou seja, para tornar visível sua historicidade e observar a relação de sentidos que aí se estabelece, em função do efeito de unidade (ORLANDI, 2007, 173).

Podem ser analisados diversos discursos, entre eles o político, o científico, o literário, o das propagandas etc. Orlandi (2001) descreve três: o discurso autoritário (aquele em que a polissemia é contida), o discurso polêmico (aquele em que a polissemia é controlada) e o discurso lúdico (em que a polissemia está aberta). A autora, (ORLANDI, 1998), ainda faz a distinção entre os termos 'paráfrase' ligando-a ao mesmo, ao já dito, à memória discursiva, ao interdiscurso, e 'polissemia' relacionando-a ao diferente, à ruptura, ao deslocamento, a processos de (re) significação.

A AD é, assim, uma disciplina capaz de trabalhar no embaciamento do que é dito no texto, de detectar nele a presença do político, do simbólico e do ideológico, possibilitando uma mobilidade transdisciplinar na área das Ciências Sociais (MARQUEZAN, 2009). Ela não se preocupa com o sentido "verdadeiro", mas com o real sentido em sua materialidade linguística" (ORLANDI, 2001, p. 59). O analista do discurso procura interpretá-lo com o intuito de entender suas forças atuantes e seus diferentes significados.

"Neste gesto interpretativo, se caracteriza a ideologia, na produção de sentidos, nos questionamentos, na desnaturalização dos discursos" (RAMOS e SALVI, 2009, p. 6). O sentido é fruto de seu registro em uma formação discursiva (FD), a qual é entendida como a "projeção da ideologia do dizer" (ORLANDI, 2012, p. 55), porém não se analisa apenas o que foi dito, mas também o não-dito.

Contudo, é necessário delimitar o que analisar, isto é, definir o *corpus*, pois a construção do corpus e a análise estão estreitamente ligadas. "Decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas" (ORLANDI, 2001, p. 63). Neste estudo, é apresentado um modelo de corpus de arquivo, ou seja, um corpus já existente, como documentos, legislação, pronunciamentos em jornais, livros e outros e não experimental, não obtido por materiais de resposta à entrevista (MARQUEZAN, 2009). Portanto, adota-se como objeto de análise desta pesquisa os enunciados dos planos de governos, acima mencionados.

Em suma, a pesquisa visou uma abordagem documental, cujo principal material empírico foram os planos de governos disponibilizados nos seguintes *sites*:

(a) Tarso Genro:

<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092453-plano-de-governo-governo-de-tarso-genro-periodo-de-2011-a-2014.pdf>;

(b) José Ivo Sartori:

http://estaticog1.globo.com/2015/10/13/proposta_governo1404480703100.pdf.

Após a seleção dos planos, deu-se destaque aos títulos e eventuais subtítulos apresentados em cada programa de governo para só então, depois dessa limitação, iniciar a análise de discurso, que permitirá identificar os efeitos ideológicos que constam nos textos e os possíveis reflexos desses efeitos sobre as relações pessoais, ações e pessoas – em outras palavras, analisar os discursos e suas consequências na manutenção ou superação dos problemas sociais relativo às questões de gênero (RAMALHO e RESENDE, 2011).

Planos de Governo

A Lei 9.504 de 1997 em seu artigo 11, parágrafo 1º, inciso IX traz a obrigatoriedade aos candidatos à Chefia do Executivo de apresentarem à Justiça Eleitoral, simultaneamente ao seu requerimento de registro de candidatura, uma via impressa e outra digitalizada de sua plataforma ou plano de governo.

O plano de governo demonstra o enfoque que o candidato dará a sua gestão se vencer as eleições. Por meio dele, os cidadãos têm a oportunidade de conhecer as propostas do candidato para gerir o ente da federação ao qual se candidatou. Poderão observar se as ações, as políticas públicas propostas no plano de governo correspondem às reais demandas da cidade, do estado ou do país.

Plano de governo de Tarso Genro

O programa de governo de Tarso Genro para as eleições de 2010, a partir da coligação PT, PSDB, PC do B e PR, é composto por 64 páginas subdivididas em blocos com os seguintes títulos e subtítulos:

- O bloco de temáticas com o título “Chegou A Hora do Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil. Tua Participação Vai Fazer a Diferença”;
- “Desenvolvimento Econômico Com Distribuição de Renda: Isso É Colocar o Rio Grande no Ritmo de Crescimento do Brasil”: descreve o panorama do Rio Grande no ritmo de crescimento do Brasil, da necessidade de equilíbrio fiscal com recuperação do investimento e do crescimento; do possível Desenvolvimento econômico com distribuição de renda; da necessidade de Relações Internacionais que acompanhem as mudanças na geopolítica mundial, focadas na integração regional, na cooperação solidária e a ousadia na inserção da nossa economia em novos mercados;
- O bloco de temáticas com título “Todos os Segmentos da Sociedade Dialogando e Construindo Juntos. É Assim Que o Rio Grande Vai Crescer no Ritmo do Brasil”: a partir de uma Gestão e controle público do Estado com ética, transparência e combate à corrupção; com uma nova relação com os servidores públicos; por uma Comunicação Pública, Democrática e de Qualidade;
- O bloco “ProRedes RS Um Programa de Todos Para o Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil: com o programa ProRedes RS acelerará o crescimento do Estado; por meio da Organização e estrutura do ProRedes RS; Fontes de financiamento; Diretrizes de elaboração; Comitê Gestor ProRedes; Redes Educação; Redes Segurança Pública; Redes Atenção à Saúde; Redes Empreender para Crescer; Redes Desenvolvimento Regional e Microrregional; Redes Cadeias Produtivas Locais e Regionais; Redes Desenvolvimento Urbano e Habitação; Redes Infraestrutura e Logística; Redes Porto Alegre e Região Metropolitana; Redes Energia, Recursos Minerais e Telecomunicações; Redes Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário; Redes Meio Ambiente; Redes Saneamento; Redes Pesquisa e Inovação Tecnológica; Redes Tecnologia da Informação e Inclusão Digital; Redes Cultura; Redes Assistência Social e Combate à Pobreza; Redes Inclusão Social, Justiça e Dignidade; Redes Esporte e Lazer;
- O bloco com o título: “Chegou A Hora Do Rio Grande Crescer Do Ritmo Do Brasil. E Cuidar Da Nossa Gente”: por meio de Programas de Emergência Social; do Plano Estratégico para Enfrentamento das Calamidades Climáticas (secas, enchentes, ciclones); do Programa Integrado de Segurança no Trânsito; Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack enfrentará graves problemas sociais.

Plano de governo de José Ivo Sartori

O programa de governo de José Ivo Sartori, com a coligação PMDB, PSD, PSB, PPS, PHS, PT do B, PSL, PSDC, com 52 páginas, compõe-se de sete partes:

Uma Aliança Pela Mudança: Pela Integração do Rio Grande do Sul no Novo Ciclo Histórico Cujo Início se Avizinha;

- Os Desafios do Desenvolvimento Gaúcho e a Inovação: por meio da modernização e com a diversificação da base produtiva do estado; tendo os desafios da inovação em uma economia de transição;
 - O Desafio do Desenvolvimento Urbano e Regional Equilibrado;
 - O Desafio da Expansão e da Melhoria dos Serviços Públicos Básicos, entre eles estão os desafios da educação estadual para melhorar a qualidade, a gestão e infraestrutura escolar; o desafio do sistema público de saúde: com a atenção básica, regionalização da medicina especializada e presteza no atendimento ao cidadão; o desafio da segurança pública;
 - Os Desafios da Infraestrutura - Transportes; Energia e Saneamento: Transportes; Energia; Saneamento básico;
 - As Finanças Públicas;
 - Os Desafios Da Política Cultural: Uma nova política cultural.
- Após expostos os planos de governo de ambas gestões, segue sua análise.

Entrelaçando as memórias dos planos de governo: reflexões analíticas

Por meio da AD pode-se perceber que se é dependente das próprias memórias e ideologias no que diz respeito aos discursos políticos, uma vez que se utilizam da repetição incessante de discursos que, na maioria das vezes, possuem no decorrer do tempo o mesmo objetivo: o da manipulação (RAMOS e SALVI, 2009). Segundo Brasil (2011, p. 175), tencionar a palavra discurso é pensar em política, em discurso político, em que a fala percorre um “vocabulário regular em estilo e forma”.

Como já exposto, o discurso é onde se pode perceber a relação entre a língua e a ideologia. Assim, a AD trabalha “refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (ORLANDI, 2001, p. 16). Isso retrata que não são evidentes os vários sentidos, a não clareza da linguagem e que a linguagem não serve apenas para comunicar, serve também “para não comunicar” (ORLANDI, 2001, p. 21), em que, para Orlandi (2007) o silêncio significa e não ausência de palavras.

Porém, para reflexionar é necessário ter em mente que não há apenas uma interpretação correta, ou um sentido certo, conforme Orlandi (1998, p. 12) “compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro”. Também é importante considerar que, na interpretação está contido o social, a memória, a história do analista, ou seja, a identidade do pesquisador que irá colocar o seu olhar sobre o texto. Portanto, pode-se compreender que o analista não está num lugar neutro e que há diversos sentidos a respeito de um mesmo texto (ORLANDI, 2001).

“O movimento interpretativo é realizado pelo analista de discurso, não com o desejo de desvelar o que está oculto, mas de entender as forças atuantes e compreender como as diferentes formações discursivas se conectam” (RAMOS e SALVI, 2009, p. 6). Desse modo, pode-se identificar a ideologia, na elaboração dos sentidos, na desnaturalização dos discursos.

O discurso político, no caso, os planos de governo, como já visto, fazem parte das campanhas políticas e são obrigatórios. Formados de argumentos altamente persuasivos, com intuito não apenas de vencer as eleições, como muitas vezes de “tornar coletivas ideias e pensamentos”, sem falar que, frequentemente não se importam muito com os interesses da sociedade (FERNANDES e PHILIPPSEN, 2012, p. 185). Por essa lógica, pode-se admitir que os discursos políticos fazem parte dos meios reais da “produção humana e são perpassados por ideologias, formadas no meio social, e influenciadas pela historicidade”, fazendo com que seja mais fácil mudar para conseguir o objetivo pretendido – convencer seus eleitores (FERNANDES e PHILIPPSEN, 2012, p. 185).

Isso posto, em relação ao plano de governo de Tarso Genro pode-se verificar um discurso com forte ligação com o governo Federal, como fica demonstrado na maioria dos seus títulos, como por exemplo: “Chegou A Hora do Rio Grande Crescer no Ritmo do Brasil. Tua Participação Vai Fazer A Diferença”; “Todos os Segmentos da Sociedade Dialogando e Construindo Juntos; É Assim Que o Rio Grande Vai Crescer no Ritmo do Brasil”; “PROREDES RS Um

Programa de Todos Para o Rio Grande Crescer no Ritmo Do Brasil. E Cuidar Da Nossa Gente”. Tendo em vista que utiliza como principal recurso discursivo-argumentativo o de que o RS crescerá no ritmo do Brasil, dessa forma acaba por referendar a atuação do governo Federal, demonstrando concordância com sua ideologia, com suas atuações. Cabe lembrar que, nessa época o Presidente da República era do mesmo partido de Tarso Genro, ou seja, o Partido dos Trabalhadores (PT), por isso repetiu tanto “no ritmo do Brasil”, caso contrário, provavelmente o discurso seria diferente.

Ainda em relação ao recorte “Chegou a hora do Rio Grande crescer” é possível pensar no sentido de crítica ao governo que estava naquele momento no poder, dando a entender que o Estado estava estagnado, sem avanço, seguindo a lógica contrária do mencionado acima, uma vez que o partido que governava o RS naquele período era de oposição ao de Tarso Genro. Assim, poderia fazer a interpretação de que, se ele fosse eleito isso mudaria, o Estado cresceria, não apenas em nível de Brasil como também em nível mundial, digressão que pode ser feita com base no que consta no título dois: “necessidade de Relações Internacionais que acompanhem as mudanças na geopolítica mundial [...]”.

Pode-se constatar também uma proximidade maior com os eleitores, posto que o discurso de Tarso Genro solicita a participação, o engajamento da população, enfim, da sociedade a participar do governo ao afirmar o seguinte: “Tua Participação Vai Fazer A Diferença”; “Todos os Segmentos da Sociedade Dialogando e Construindo Juntos”, demonstrando e propondo dessa forma um governo democrático, indo, dessa maneira, ao encontro da memória discursiva, da ideologia do partido político ao qual pertence o Governador Tarso Genro. Haja vista que o PT teve sua origem marcada pela luta contra a ditadura, por um governo democrático e mais voltado às questões sociais (BRANDÃO, 2003).

Esse discurso se vale, ainda, de proposições afirmativas com as formulações assertivas de que o Estado irá crescer e apresenta um programa que no discurso usado afirma que será por meio dele que alcançarão tal objetivo, quando expõem o seguinte título: “ProRedes um programa de todos para o Rio Grande crescer em ritmo do Brasil”. Revelando uma preocupação com o social ao mencionar a integração de vários setores, entre eles cita “desenvolvimento urbano e habitação, meio ambiente, assistência social, combate à pobreza, inclusão social e programas de emergência social que enfrentem, por exemplo, graves problemas sociais”. Entretanto, esse plano de governo mesmo expondo um programa político como meio para alcançar suas metas, acaba por não o explicar efetivamente.

Em relação ao Plano de Governo de José Ivo Sartori, pode-se aferir um discurso menos assertivo, uma vez que não faz alusão a um plano concreto do que e como mudará. Ao utilizar a palavra “desafio” em cinco dos sete títulos constantes no seu programa de governo, apenas nos dois primeiros tópicos menciona algum tipo de mudança, como se pode ver na transcrição que segue: “Uma Aliança Pela Mudança: Pela Integração do Rio Grande do Sul no Novo Ciclo Histórico Cujo Início se Avizinha; Os Desafios do Desenvolvimento Gaúcho e a Inovação: por meio da modernização e com a diversificação da base produtiva do estado; tendo os desafios da inovação em uma economia de transição”.

O vocábulo ‘desafio’ pode ser visto com duplo sentido: o de instigação, estímulo, ou, por outro lado, como uma dificuldade, um problema. Fato que pode gerar nos eleitores dúvidas como as seguintes: será que o candidato ao governo tem conhecimento do que o Estado precisa para melhorar ou, como poderá vencer os desafios a que tanto se refere sem apresentar uma proposta política que contemple tal propósito?

Além disso, ao utilizar a expressão já referida “Uma aliança pela mudança: pela integração do RS” pode-se suscitar que o Estado está dividido, mas não se tem claro se essa divisão é das regiões (municípios) ou da população. Talvez se possa fazer a interpretação de uma possível insinuação e crítica à conjuntura do Brasil naquele momento, pois o país estava cindido, de um lado os a favor do PT, do outro os contra.

Outrossim, quando se refere a “uma economia em transição”, esse recorte pode representar que a economia não estava estável, que passava por mudança, ou seja, não disse que tipo de transição estava passando a economia e ainda, referia-se à transição da economia devido apenas à transição de governo que poderia vir a ocorrer caso fosse eleito? Se a economia

estava em transição era para uma posição melhor ou não? Pode-se pensar que estava ruim, pelo uso da palavra desafio no sentido de um problema a ser melhorado, mas também é possível pensar que se a economia estava melhorando, essa omissão poderia ser vista como uma espécie de apagamento da atuação do governo que estava no poder, já que era de outro partido.

Nos demais títulos, o presente plano de governo segue falando em desafios como por exemplo os títulos “Os Desafios da Infraestrutura - Transportes; Energia e Saneamento: Transportes; Energia; Saneamento básico” e “Os Desafios Da Política Cultural: Uma nova política cultural”, e continua sem mencionar nenhum programa ou meio de viabilizar a melhora dos transportes ou do saneamento básico, por exemplo. Porém, o que mais chama atenção é o sexto item em que consta apenas “As Finanças Públicas”.

O que poderiam representar esses silêncios? Meras omissões, “esquecimentos”? Ou um completo despreparo para o cargo? Ou pode-se constatar que pouco fará ao se eleger? Enfim, o programa de governo de José Ivo Sartori pode ter gerado inúmeras incertezas a seus eleitores, como as citadas no decorrer da análise.

No tocante à ideologia desse governo, é difícil perceber, mas é possível averiguar que segue o interdiscurso, a memória discursiva do seu partido político, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atualmente chama-se MDB - Movimento Democrático Brasileiro), já que seu programa de governo não é preciso, nítido, pois conforme Lameira e Peres (2015) o MDB tem como características ser um “partido sem ideologia” (LAMEIRA E PERES, 2015, p. 23) e com “ausência de programa claro” (LAMEIRA E PERES, 2015, p. 11). Porém, conforme os autores, a história do MDB sempre foi de um partido que “busca o poder a todo custo” (LAMEIRA E PERES, 2015, p. 23), fato que pode ser visto como sua ideologia, porque,

[...] Não há, aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário (ORLANDI, 2010, p. 48).

Por fim, em relação às políticas públicas de gênero, políticas públicas direcionadas ao empoderamento das mulheres, nenhum dos planos as contemplou de forma direta. Pode-se interpretar que o plano de governo de Tarso Genro tenha sido o que mais se aproximou dessa questão, ao aventar no que chama “programa ProRedes” a expressão: “inclusão social”. Esse termo, junto com os termos “assistência social” e “graves problemas sociais” podem ser interpretados da seguinte maneira: inclusão e assistência de todas as minorias, entre elas as mulheres e no tocante aos graves problemas sociais é plausível pensar a violência contra as mulheres como um deles. Já, o plano de José Ivo Sartori nem tangenciou esses temas.

Considerações Finais

No decorrer deste artigo foram discutidas algumas concepções como cultura, ideologia, memória e alguns conceitos da Análise do Discurso, tais como as noções de discurso, memória discursiva, formação discursiva com o propósito de examinar um corpus constituído dos planos de governo de dois candidatos ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Procurou-se cotejar a relevância da produção de sentidos nos discursos políticos desses programas de governo, isto é, de Tarso Genro e de José Ivo Sartori, tidos como efeitos da ideologia partidária de cada candidato e se propuseram políticas públicas de gênero e empoderamento das mulheres em seus discursos.

Assim, com base na teoria e na metodologia da AD, segundo o entendimento de Orlandi (2001), foi possível verificar algumas possibilidades da língua como disseminadora de sentidos. Nessa linha, foi premissa obrigatória considerar que a linguagem não é transparente; portanto, admitiu-se e procurou-se mais de uma interpretação. Dessa maneira, a AD contribuiu para descortinar os efeitos ideológicos dos sentidos dos discursos de cada candidato, uma vez

que as formações discursivas fazem parte das formações ideológicas, ou seja, todo o discurso é constituído por ideologia, logo – “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia [...] é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 2001, p. 17).

Dessa forma, como resultado analítico em ambos planos de governo observou-se que a ideologia se manifestou na língua, no discurso. Logo, cada FD refletiu a formação ideológica dos candidatos, confirmando os ensinamentos da teoria da AD, pois conforme Orlandi (2001, p. 43) “[...] o discurso se constitui em seu sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva [...]”. Dessa forma, os programas de governo de cada candidato revelaram os rastros dos sentidos dos já-ditos e reditos em outros lugares e momentos – ou seja, a memória do dizer (PÊCHEUX, 1997).

O plano de governo de Tarso Genro usou expressões mais assertivas e visando um crescimento do RS buscou uma linha de que, se eleito, o Estado cresceria igual ao Brasil, chancelando dessa forma a aprovação da política federal. Procurou uma aproximação com os eleitores por meio do uso dos termos “tua participação”, “construir juntos” e “cooperação solidária”, detalhou mais as questões sociais e fez de forma indireta a inclusão das mulheres. Por sua vez, José Ivo Sartori apresentou um plano mais sucinto, utilizou o termo “desafio” em praticamente todos seus títulos, palavra que pode ser interpretada com mais de um sentido, podendo gerar nos eleitores dúvidas. Além disso, não apresentou nenhum programa que previsse algum tipo de solução e ademais não mencionou nem de perto políticas públicas de gênero e empoderamento das mulheres.

Outrossim, evidenciou-se que a memória discursiva dos planos de cada candidato é diferente, pois suas formações discursivas refletiram um dizer de lugares da memória discursiva condizentes com seus processos sócio-histórico e suas formações ideológicas do que pode e deve ser dito em cada plano. Infere-se, então, que tudo o que é dito nos programas de governo está ligado a uma memória.

Por fim, como a AD não é uma ciência exata, e sim da interpretação (ORLANDI, 2013), não se tem como esgotar a análise do corpus e nem foi esse o propósito do presente artigo, porque há várias possibilidades de entendimento, de interpretação dos processos discursivos, ou seja, de cada plano de governo. Outrossim, essa análise também é atravessada pela ideologia, pela memória, e pela cultura da sociedade na qual a pesquisadora, a analista vive. Contudo, é importante considerar que, quanto mais diferentes tipos de discursos se dominar, maior será a possibilidade de perceber as ideologias e intenções que cada discurso carrega, tendo em vista que os discursos fazem parte da vida humana, em especial o discurso político, e, como mencionado, os sentidos sempre podem ser outros.

Desse modo, pode-se perceber a importância da AD, já que ela ajuda a ver e a entender o mundo, as relações sociais e principalmente as lutas de poder. Assim sendo, com essa compreensão se pode, ao menos, tentar mudar, combater uma ideologia, uma cultura que exclui e/ou oprime como, por exemplo, o machismo, o patriarcalismo, o sexismo e o racismo.

Referências

ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. **Revista de psicologia política**, v. 8 n.15. São Paulo, jun. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004. Acesso em: 11 jun. 2018.

ASSMANN, Jan. Communicative and Cultural Memory. In: ERL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural Memory Studies: an International and Interdisciplinary Handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008, p. 109-118.

BARROS, José Márcio. Cultura, memória e identidade – contribuição ao debate. **Cadernos de História**. Belo Horizonte: PUC Minas, out. 1997. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1696/1817>. Acesso em: 25 jul. 2018.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BELTRÁN, Rafael Ríos; VILLAMIZAR, Silvano Pabón. Memoria de Archivo / Memoria Digital: Reflexiones sobre los Archivos Pedagógicos en la Perspectiva Digital. **Revista Nómadas**, Universidad Central. Colombia, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/noma/n36/n36a11.pdf>. Acesso em 21.jul.2018.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BIMBER, Bruce. The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerate Pluralism. **Polity**, v. 31, n. 1, p. 133-160, 1998.

BRANDÃO, Marco Antonio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores: a história de utopia (1979 – 1994)**. Sao Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.

BRASIL. Lei 9.504, de 30.set.de 1997. **Presidência da República Casa Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9504.htm. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a Teoria da Análise de Discurso: Desdobramentos Importantes para a Compreensão de uma Tipologia Discursiva. **Linguagem Estudos e Pesquisas**, Catalão-GO, v. 15, n. 1, p. 171-182 jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lep/article/viewFile/32465/17293>. Acesso em: 09 out. 2018.

BUCCI, Eugênio. **Televisão Objeto: a crítica e suas questões de método**. 2002. Tese. (Doutorado em Comunicação e Artes) - Universidade de São Paulo, São Paulo: ECA-USP, 2002.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CASADEI, Eliza Bachega. **Os novos lugares de memória na internet: as práticas representacionais do passado em um ambiente on-line**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em: < http://www.bocc.ubi.pt/pag/Casadei_memoria_Internet.pdf >. Acessado em: 8 jun. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

CRIPPA, G. Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: MURGUIA MARANON, E. I. (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010. p. 79-110.

CUCHE, Denys. Gênese social da palavra e da idéia de cultura. In: **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 237 p.

DENZIN, Norma K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: ____ (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2006.

DIAS, Cristiane P. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270717?mode=full>. Acesso em: 3 ago. 2018.

FERNANDES, Hanna Verônica da Silva e PHILIPPSEN, Neusa Inês. **O poder da persuasão nos discursos políticos: a 'realidade' da mídia**. **Revista Eventos Pedagógicos** v.3, n.1, Número Especial, p. 182-195, Abr. 2012. Disponível em: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_15632o_podey_da_peysuasao_nos_discuysos_politicos_pdf_O_PODER_DA_PERSUASAO_NOS_DISCURSOS_POLITICOS.pdf. Acesso em: 8 out. 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Joao José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A N C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Márcia B. De M. L. Nunes. RJ: Guanabara, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

LAMEIRA, Rafael Fantinel; PERES, Paulo. **O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias**. I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Set. 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Rafael-LameiraPauloPeres.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 1999.

LÈVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Os Agenciamentos da Memória Política na América Latina**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 29 n° 85, pp. 145-245, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n85/10.pdf>. Acesso em: 31 maio 2018.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.

MARQUEZAN, Reinoldo. A constituição do corpus de pesquisa. **Revista "Educação Especial"** v. 22, n. 33, p. 97-110. Santa Maria, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistae-ducacaoespecial>. Acesso em: 28 jul. 2018.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. São Leopoldo: Focus, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIAN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: Um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. de 1993.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Paráfrase e Polissemia: a fluidez dos limites do simbólico. **Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade)**, n. 4. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. **Revista Rua**. Campinas, n. 16, v. 2, novembro 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638816>. Acesso em: 26 set. 2018.

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

_____. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano**: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano. v. 2, 2013. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumell/arquivos/pdf/eurbanoVol2_EniOrlandi.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. **O discurso estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Coleção: linguagem e sociedade. Campinas: Pontes Editores, 2011. Disponível em: http://www.academia.edu/16380228/An%C3%A1lise_de_discurso_para_a_cr%C3%ADtica_o_texto_como_material_de_pesquisa. Acesso em: 30 set. 2018.

RAMOS, Rita de Cássia de Souza Soares; SALVI, Rosana Figueiredo. Análise de conteúdo e análise do discurso em educação matemática: um olhar sobre a produção em periódicos Quailis A1 e A2. **IV Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, Brasília, DF, 25 a 28 de outubro de 2009. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/ifhiecem/arquivos/9GT94689598053.pdf>. Acesso em 9 out. 2018.

RIOS, Fábio. Memória Coletiva e Lembranças Individuais A Partir Das Perspectivas De Maurice Halbwachs, Michael Pollak E Beatriz Sarlo. In: **Revista Intratextos**, 2013, v. 5, n. 1, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/HYPERLINK> "http://dx.doi.org/10.12957/intratextos"10.12957 HYPERLINK "http://dx.doi.org/10.12957/intratextos"/intratextos. Acesso em: 20.jun.2018.

SANTOS, Myrian Sepulveda. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Anablumme, 2003.

SCAFFO, Maria de Fátima. Violência de gênero e memória social: investigando a complexidade

destas relações. In: FARIAS, Francisco Ramos (org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

SILVA, Alessandro Soares. Por um Lugar ao Sol: construindo a memória política da homossexualidade (ou: Homossexualidade: uma história dos vencidos?!). **Revista Bagoas**, n. 8, pp. 77-102, 2012. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v06n08art04_silva.pdf. Acesso em: 31 maio. 2018.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TYLOR, Edward Burnett. **A ciência da cultura**. São Paulo: Expresso Zahar, 2014.

VIRILIO, Paul. O paradoxo da memória do presente na era cibernética. In: CASALEGNO, Federico. **Memória Cotidiana**: comunidades e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006.

Recebido em 30 de agosto de 2019.

Aceito em 20 de fevereiro de 2020.